



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

## ANEXO II TERMO DE CONTRATO

### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E A EMPRESA .....

O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, por intermédio de sua Administração Central, com sede na SEPS 713/913 Sul, Bloco D, 2º. Andar, Brasília/DF, CEP 70390-135, na cidade de Brasília/Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 26.474.056/0001-71, neste ato representado pelo **MARCOS JOSÉ SILVA RÊGO**, Diretor do Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN, nomeado pelo Decreto s/nº, de 28/01/2014, publicada em 29/01/2014, inscrito no CPF nº 703.448.177-68, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº **01450.004417/2017-62** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de aquisição dos direitos de manutenção, suporte técnico, fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de **36** (trinta e seis) meses, **24** (vinte e quatro) horas por dia, durante **7** (sete) dias por semana, para 12 (doze) licenças do software VMware vSphere Enterprise Plus, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental e 1 (uma) licença do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

governamental, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	SOLUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
1	Licença de uso do software VMware vSphere Enterprise Plus para sistema operacional Windows, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de <i>patches</i> de segurança, correção de <i>bugs</i> e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	SERVIÇO	<b>12</b> <b>composta por</b> 8 (*) + 4 (**)
2	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de <i>patches</i>	SERVIÇO	<b>1</b>





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

	de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.		
--	--	--	--

1.4. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 36 (trinta e seis meses), com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....

## 2. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (xxxxxxxxxxxx), na forma abaixo discriminada:

ORÇAMENTO DETALHADO					
A	B	C	D	E	F
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO [E x D]
01	Licença de uso do software VMware® vSphere Enterprise Plus para sistema operacional Windows, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	Serviço	12		
02	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	Serviço	1		





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 3. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 343026

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 110109

Elemento de Despesa: 339039

PI: 7HHm0050001

### 4. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

4.1. O “atesto” e o pagamento fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados, observando as disposições constantes do Termo de Referência.

4.2. O valor do pagamento será ajustado de acordo com as infrações cometidas pela CONTRATADA na prestação dos serviços e nas obrigações do Contrato, e terá por base **níveis de serviço** conforme relacionados no Termo de Referência, que servirão como referência para o gestor e os fiscais do contrato.

4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados;





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

4.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo;

4.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

4.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

<b>EM = I x N x VP</b>	
Onde	EM = Encargos Moratórios
	VP = Valor da Parcela
	N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento
	I = Índice de Compensação Financeira (0,00016438).
<b><math>I = (TX/100)/360 = (6/100)365 = 0,0001648</math></b>	
Onde	I = Índice de Compensação Financeira
	Tx= Taxa (6,0%)

4.9 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas corretivas necessárias. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

## 5. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

5.1. As partes licitantes convencionam que o valor de reajuste não poderá ser superior à variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) do período, divulgado pela





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, durante a sua vigência.

5.2. Para efeito de aplicação do reajuste, a anualidade será contada a partir da data limite para apresentação da proposta e serão considerados para o cálculo os índices acumulados até o mês anterior ao reajustamento.

5.3. Caberá à CONTRATADA postular tempestivamente o reajustamento do preço contratado, a quem também incumbirá o encargo do cálculo minucioso do reajuste convencionado, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajustamento.

## 6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ..... (.....), na modalidade de ....., correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

## 7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. Mecanismos formais de comunicação.

7.1.1 Ordem de Serviço: Documento utilizado para solicitar formalmente à CONTRATADA a prestação de serviços ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato. Sendo que poderão ser emitidas tantas Ordens de Serviço quantas forem necessárias para consecução do objeto contratado.

7.1.2 Chamado Técnico: Mecanismo de acionamento dos serviços de suporte técnico remoto e garantia relacionados ao objeto contratado. O chamado técnico será gerado pelo CONTRATANTE e enviado à CONTRATADA através do serviço de suporte remoto prestado por telefone, correio eletrônico, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas, operacionais ou outras questões relacionadas à perfeita execução do objeto contratado, inclusive a correção de falhas técnicas – conforme requisitos técnicos do respectivo objeto. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

7.1.3 Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos pelo CONTRATANTE, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade e custos.

## 7.2. FISCALIZAÇÃO

7.2.1 O IPHAN – por intermédio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da empresa CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto licitado, cabendo-lhe, entre outras providências de ordem técnica:

- a) Conferir a execução do objeto licitado e atestar as notas fiscais;
- b) Realizar com a empresa contratada contatos informais, sem prejuízo dos formais, com a finalidade de facilitar e agilizar o fornecimento do objeto licitado;
- c) Apurar eventuais faltas da empresa contratada que possam gerar a aplicação das sanções previstas, informando-as à Coordenação Geral de Logística, Convênios e Contratos (CGLOG), sob pena de responsabilidades;
- d) Realizar gestão para sanar casos omissos, na sua esfera de atribuições, submetendo à autoridade competente as questões controvertidas decorrentes da execução do objeto licitado, ouvindo a CGLOG, objetivando a solução das questões suscitadas;
- e) Cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições pactuadas avençadas;

7.2.2. O CONTRATANTE designará equipe de gestão do Contrato para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência, que registrará, em relatórios, todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

7.2.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor serão solicitadas à autoridade competente do CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

7.2.4. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.5. Conforme art. 43, §3º da Lei 8.666/93, os conteúdos dos atestados/declarações poderão ser objeto de averiguação do corpo técnico do CONTRATANTE, que por meio de diligências presenciais ou baseada em análise documental, emitirão parecer técnico quanto à verificação do conteúdo dos respectivos documentos de comprovação técnica.

## 8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. São obrigações do CONTRATANTE.







INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- b) Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de *Ordens de Serviço ou Fornecimento de Bens*, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se o disposto no arts. 19 e 33 da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21 da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- d) Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços;
- g) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em CONTRATO;
- h) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- i) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- j) Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso do fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;
- k) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.

## 8.2. São obrigações da CONTRATADA

- a) Indicar formalmente preposto apto a representa-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do CONTRATO;







INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Efetuar a entrega dos Itens previstos na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** de acordo com as especificações;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da emissão da solicitação da CONTRATANTE o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) Atender às solicitações do CONTRATANTE, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos;
- f) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- g) Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- i) Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- j) Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea “g” da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- k) Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- l) A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes;
- m) Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas; e
- n) A CONTRATADA não deverá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito,





**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**

**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA**

**e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)**

- a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do IPHAN;
- o) Atender às solicitações do IPHAN, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos;
  - p) Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
  - q) Providenciar para que os produtos da contratação sejam entregues em perfeito estado, com a segurança necessária, garantindo o transporte, a entrega nos locais indicados pelo CONTRATANTE sem quaisquer danos, avarias ou ônus adicionais para o CONTRATANTE;
  - r) Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados, com experiência e conhecimento compatíveis com os serviços a serem realizados;
  - s) Submeter as decisões e os documentos técnicos dos Projetos à aprovação da área de TI do CONTRATANTE;
  - t) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados.

#### 8.2.1 Obrigações Específicas

##### 8.2.2. Quanto à propriedade Intelectual dos softwares.

8.2.2.1. Por tratar-se de produto protegido por direitos de propriedade intelectual a relação entre as partes – quanto ao uso e distribuição dos itens adquiridos – será regulada pelo que estabelece a Lei Federal nº 9.609/1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no Brasil, e dá outras providências.

##### 8.2.3. Quanto à confidencialidade das informações.

8.2.3.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.





**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**

**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA**

**e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)**

8.2.3.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo os coletores de dados e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos de levantamento de requisitos, construção, implantação e execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

#### 8.2.4. Quanto à transição contratual.

8.2.4.1. A CONTRATADA se compromete, em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 8.666/93, promover transição contratual e repassar para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por esta indicada todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços. Tal procedimento deverá ser realizado em evento formal no período dos últimos três meses de vigência.

#### 8.2.5. Quanto à transferência de conhecimento.

8.2.5.1. Em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA promover transição contratual e repassar para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por este indicada todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços.

#### 8.2.6. Quanto à Segurança da Informação.

8.2.6.1. A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos básicos mínimos de segurança a seguir:

- a) Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, inclusive sua Política de Segurança da Informação e Comunicações – caso existente;
- b) A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE;
- c) A CONTRATADA deverá assinar o termo de compromisso de manutenção de sigilo e cumprimento das normas de segurança da informação (Encartes I e II), declarando total obediência às normas de segurança vigente, ou que venham a ser implantada, a qualquer tempo, pelo CONTRATANTE;





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

d) A CONTRADA deverá seguir as normas, padrões e regulamentos de segurança da informação que venham a expressos na Política de Segurança da Informação e Comunicações IPHAN.

#### 8.2.7. Sigilo e Segurança das Informações

8.2.7.1. A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo IPHAN ou contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter acesso durante a execução contratual, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los para fins alheios à exclusiva necessidade dos serviços contratados.

8.2.7.2. A CONTRATADA firmará, em termo próprio, compromisso de manutenção de sigilo e segurança das informações. Adicionalmente, cada profissional a serviço da(s) CONTRATADA deverá assinar termo próprio atestando ciência da existência de tal compromisso.

8.2.7.3. A CONTRATADA, na execução dos serviços contratados, deverá observar a Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE, os normativos vigentes e as boas práticas relativas à segurança

### 9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28, do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Municípios e Distrito Federal e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato que:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) fazer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) falhar na execução do objeto;
- g) fraudar na execução do objeto.

9.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

I - 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso no fornecimento considerando os prazos aplicável até o 20º (vigésimo) dia de atraso;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, aplicável a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, configurando a inexecução total do objeto, o que poderá acarretar o cancelamento da contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, pelo descumprimento de qualquer outra obrigação contratual.

IV - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IPHAN, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

V - Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar com a Administração.

9.3. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

9.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso no fornecimento do material advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

9.5. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação.

9.6. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

9.7. A relação entre ocorrência e sanção, conforme o art. 17, IX, da Instrução normativa nº 04/2010 SLTI/MPOG, figura-se na Tabela a seguir, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência.





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

ID	OCORRÊNCIA	SANÇÃO	RISCO RELACIONADO	NÍVEL
1	Não comparecer à reunião inicial prevista no Termo de Referência, injustificadamente.	Advertência. Em caso de reincidência, multa moratória de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.	Risco do prazo contratual para implantação da Solução de TI não ser cumprido.	Alto
2	Atraso no fornecimento do objeto contratado, até o 20º dia de atraso.	Multa de 0,25% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso.	Indisponibilidade dos benefícios da contratação por conta do não cumprimento de prazos contratuais.	Alto
3	Atraso no fornecimento do objeto contratado, a partir do 21º dia de atraso.	Multa de 10% sobre o valor total da contratação.	Indisponibilidade dos benefícios da contratação por conta do não cumprimento de prazos contratuais.	Alto
4	Não manter disponível o serviço de suporte técnico remoto para abertura de chamados pelo CONTRATANTE, durante a vigência da Garantia e conforme estabelecido no Termo de Referência.	Multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de indisponibilidade, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Descumprimento do nível de serviço e dos requisitos de qualidade e garantia.	Alto
5	Não atender ao Nível de Serviço relativo aos prazos para resolução dos chamados de Suporte Remoto.	Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Descumprimento do nível de serviço e dos requisitos de qualidade e garantia.	Alto
6	Não encaminhar o Relatório Mensal sobre chamados de Suporte Remoto à	Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do	Descumprimento do nível de serviço e dos requisitos de qualidade e garantia.	Alto







INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

ID	OCORRÊNCIA	SANÇÃO	RISCO RELACIONADO	NÍVEL
	CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da apuração, durante a vigência contratual.	Contrato por dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.		
7	Não manter sigilo absoluto sobre os dados, informações, códigos-fonte, artefatos e demais dados contidos em quaisquer documentos e mídias; agindo em desacordo com o Termo de Compromisso de Sigilo e Confidencialidade das Informações.	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Falha de segurança da informação quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais de sigilo e propriedade intelectual.	Alto
8	Descumprimento de qualquer obrigação contratual.	Multa de 5% sobre o valor total da contratação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Risco de gestão contratual e indisponibilidade dos benefícios da contratação por conta do não cumprimento de condições contratuais.	Alto

9.8. Na hipótese de se tratar de prestação única ou de prestação sucessiva da qual dependam as demais prestações, a base de cálculo para a multa deverá incluir os valores pertinentes a esses totais. Alcançados os limites legais das sanções aplicáveis ao fornecimento do bem ou serviço não adimplido, tornada a prestação inútil ou antes que haja prejuízo à Administração na persistência da conduta, o CONTRATANTE estará autorizado a:

- avaliar a opção de rescisão do contrato;
- verificar se há descumprimento total da obrigação contratual com prejuízo à utilidade e ao proveito das futuras prestações;
- Sujeitar a CONTRATADA às sanções de suspensão temporária, não superior a cinco anos, de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração ou declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração;
- reclamar perdas e danos verificados;





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

e) havendo indícios de crime, provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do artigo 101 da Lei nº 8.666/1993 e artigo 27 do Código de Processo Penal Brasileiro, para verificação da responsabilidade penal.

9.9. Quando não houver possibilidade de promover o desconto das multas nas parcelas a serem pagas à CONTRATADA, os valores deverão ser recolhidos a favor do CONTRATANTE, em conta a ser informada pela área administrativa, no prazo de **05** (cinco) dias, a partir da intimação por ofício da CONTRATADA, incidindo após esse prazo, nos termos do artigo 37-A da Lei nº 10.522/2002 (alterada pela Lei nº 11.491/2009), cumulativamente:

- a) Juros pela taxa SELIC e multa de mora diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), até o limite de 20% (vinte por cento), calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais, e
- b) Encargo legal de 20% (vinte por cento), calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à Dívida Ativa da União.

9.10. Na hipótese de inadimplemento contratual total inescusável, a multa poderá ser de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato sem prejuízo das sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade, rescisão contratual e cobrança de danos e encargos.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.4.3. Indenizações e multas.





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

### **11.1. É vedado à CONTRATADA:**

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília/DF - Justiça Federal.





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA

e-mail: [pregao.sede@iphan.gov.br](mailto:pregao.sede@iphan.gov.br)

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

